

ANÁLISE

Plínio de Arruda Sampaio, secretário agrário nacional do PT, escreve sobre o relacionamento entre o Governo e o MST

Pág. 2

SECRETARIAS

No 19 de abril, outra vez os índios não têm muito o que comemorar, mas intensificam suas formas de luta

Pág. 3

CIDADANIA

Estivadores de Santos enfrentam Cosipa para garantir o direito ao trabalho e obtêm apoio de outras categorias

Pág. 4

pt notícias

SEMANÁRIO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES



Nº 41 - ano 2 - 21 a 27 abril de 1997

Conferência tira agenda comum

O movimento popular e democrático deu um passo importante para sua unidade na primeira semana de abril, em Brasília. Durante os dias 2, 3 e 4, mais de uma dezena de entidades sindicais, do movimento popular, da sociedade civil, organizações não governamentais, além do PT, PDT, PC do B, PPS, PSB e PSTU reuniram-se na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania com o principal objetivo da mobilização em torno de uma agenda comum de luta contra o neoliberalismo.

A abertura, no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados, com a presença de Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT; Luiz Inácio Lula da Silva; Francisco Urbano, presidente da Contag; Iara Brunetto, do MST; Sílvio Caccia Bava, presidente da Abong; Orlando Silva, presidente da UNE, entre outros, contou com uma mensagem do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, gravada em vídeo especialmente para a Conferência. As mais de trezentas pessoas que lotaram o auditório seguraram margaridas brancas e amarelas, oferecidas simbolicamente em homenagem a Margarida Maria Alves, trabalhadora rural assassinada em agosto de 1983, na Paraíba, crime até hoje impune pela Justiça brasileira.

Na tarde do dia 2, dirigentes partidários nacionais como o presidente do PT, José Dirceu; Valério Ar-

cary, do PSTU; deputado Aldo Rebelo, do PC do B; e o deputado Fernando Costa, do PDT, debateram o ponto de vista da esquerda sobre desenvolvimento econômico, privatizações, desemprego, governo e ação do movimento popular nacional e do Exterior. Nos dias seguintes, no Espaço dos Bancários, os debates seguiram as propostas do tema geral sobre terra, trabalho e cidadania.

Mobilizações

O encerramento foi marcado pelo compromisso de todos os segmentos ali representados com a assinatura do Manifesto pela Reforma Agrária e pela Justiça no Campo e da Carta de Brasília (trechos no quadro abaixo) que, além da denúncia à sociedade em relação ao descaso do governo FHC com as áreas sociais, seu autoritarismo frente à organização de trabalhadores e do movimento popular, apresenta uma pauta de mobilizações nacionais que deverão ser feitas conjuntamente entre as entidades (ver box).

A Carta de Brasília chama a população a se manifestar e se organizar para deter o programa neoliberal do governo FHC, lembrando as grandes lutas das duas últimas décadas, como as Diretas Já, pela inscrição de novos direitos na Constituição de 88, pelo impeachment de Fernando Collor, lideradas pelo movimento democrático e popular e por milhares de cidadãos pressionando nas ruas o governo e o Congres-



Participantes prestam homenagem a Margarida Maria Alves, lavradora assassinada há 14 anos na Paraíba

so brasileiros.

Cabe também às entidades o compromisso da permanência da articulação entre si e a realização de um Encontro Nacional Democrático e Popular, com a participação de entidades populares de base, no segundo semestre deste ano, antecedido por Conferências Municipais e Estaduais que reproduzam o debate dos temas anunciados na Carta de Brasília.

Carta de Brasília

Em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania

Mesmo com a resistência oferecida pelas organizações dos trabalhadores, aumentam preocupantemente o desemprego, o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho. Excluídos do mercado formal de trabalho e sem qualquer política de geração de emprego, contingentes crescentes são forçados a engrossar o mercado informal, sem garantias de remuneração, aposentadorias e outros direitos sociais. Em consequência dessa política que promove a exclusão, cresce a miséria no campo e na cidade, agravada pela criminalidade e violência que se abatem sobre o povo brasileiro.

Outra face desta política de destituição dos direitos sociais é o desmonte do Estado no atendimento de políticas universais nas áreas de saúde, educação, previdência, habitação, assistência social e outras. A sociedade brasileira vê envergonhada o resurgimento de doenças endêmicas, a gravidade das altas taxas de mortalidade infantil, o abandono de nossos idosos e os milhões de analfabetos relegados à condição de marginalidade.

Enquanto o Governo Federal propagandeia a existência de um Programa Nacional de Direitos Humanos, a mídia anuncia o crescimento da violência policial. A prostituição e o turismo sexual, o extermínio de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho escravo e infantil continuam sendo motivo de denúncias tanto no Brasil como no Exterior.

O governo impõe maiores sacrifícios ao povo para garantir a estabilidade da moeda e o plano de integração subordinado ao Brasil ao mercado global. As precárias bases da estabilização monetária, o aumento das dívidas interna e externa e a busca do equilíbrio fiscal em detrimento exclusivo dos direitos sociais são algumas das questões subtraídas à participação democrática da sociedade pelo autoritarismo da gestão econômica.

A prioridade deste governo é voltada apenas aos banqueiros, latifundiários, grandes empresários e investidores internacionais. O Proer, que já gastou mais de R\$ 20 bilhões em socorro ao sistema financeiro, o não-pagamento das dívidas dos grandes latifundiários e usineiros junto ao Banco do Brasil e a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às empresas internacionais são exemplos dos interesses defendidos pelas políticas de governo.

O sucateamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, a privatização das telecomunicações, do setor energético e sua decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras são atentados à soberania nacional, privando o País de instrumentos de política econômica essenciais ao desenvolvi-

mento sustentável. Para atender aos interesses das elites, Fernando Henrique Cardoso governa por medidas provisórias, fere a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário e submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, demonstrada, entre outros atos, pela aprovação da emenda casuista e golpista da reeleição.

No plano das relações internacionais, FHC se submete aos programas de ajuste estrutural imposto pelo Fundo Monetário Internacional e aos interesses do capital especulativo e financeiro.

Os movimentos sociais, entidades da sociedade civil, sindicais, estudantis, personalidades que apresentam suas críticas ou reivindicações, são recebidos não apenas com a insensibilidade característica do governo FHC, como são obrigados a enfrentar pesados ataques que visam destruir as organizações sociais, especialmente as dos trabalhadores e do movimento popular.

Diante desta situação, deliberamos pela convocação à mobilização da sociedade brasileira e para isso propomos a construção de uma política unitária de nossas organizações em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania.

Desde já, as campanhas nacionais na defesa de direitos se contrapõem à agenda neoliberal postas na ordem do dia pelo governo e, sabemos, requerem um amplo apoio e sustentação do conjunto da nossa sociedade.

As entidades e partidos políticos integrantes da Conferência assumem o compromisso de fortalecer e impulsionar as lutas dos trabalhadores, somando as iniciativas em torno de uma agenda de mobilizações sociais.

O movimento popular tem diante de si o desafio de retomar os ideais libertários e de justiça social, resgatar a esperança e reforçar a solidariedade.

Brasília, 4 de abril de 1997.
Assinam a Carta de Brasília, entre outros, a CUT, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong), Contag, Central de Movimentos Populares (CMP), CNBB, MST, Confederação Brasileira dos Aposentados (Cobap), UNE, UBES, UJS, União Brasileira de Mulheres (UBM), Ibases, Pastorais Sociais, Ação da Cidadania (SP/MS), Coordenação Nacional de Entidades Negras (Cone), Fórum Nacional pela Reforma Urbana, PT, PC do B, PDT, PPS, PSB e PSTU.

Calendário de Mobilizações

- ★ A partir de 15 de abril - Jornada de lutas em Brasília, na defesa da Previdência, do Emprego e da Reforma Agrária, com caravanas de metalúrgicos, bancários, professores, funcionários públicos e acampamento de desempregados;
- ★ 16 de abril - Dia Nacional em Defesa do Sistema Único de Saúde e da Saúde Pública;
- ★ 17 de abril - Manifestações para acelerar o processo da Reforma Agrária na chegada da Marcha do MST a Brasília, exigindo Justiça no campo e contra a atual política econômica;
- ★ Abril - Mobilizações contra a privatização da Vale do Rio Doce, iniciada em Ouro Preto, no dia 21, e comício no dia 29, no Rio de Janeiro;
- ★ 1º de Maio - Manifestações em defesa do emprego, salário e da redução da jornada de trabalho;
- ★ Abril e Maio - Grito da Terra Brasil, por Reforma Agrária, agricultura familiar, emprego, previdência e salário digno.

RECADO AO MILITANTE



A Conferência de Brasília

As manifestações dos trabalhadores do ABC, quando da visita de FHC à Ford, o Ato Público em Defesa da Vale do Rio Doce, em Itabira, as manifestações no Pontal do Paranapanema em defesa da Reforma Agrária, a formação dos blocos de oposição na Câmara e no Senado, a Marcha do MST a Brasília são sinais que indicam mudanças importantes no quadro político nacional. Sem dúvida nenhuma, um ânimo novo começa a tomar conta das forças políticas e sociais que se colocam no campo da oposição, em particular nossa militância.

Os sintomas são muitos. Juízes reuniram-se em Macapá (AP) e denunciaram as ameaças do Governo sobre os demais poderes, Legislativo e Judiciário. Os petroleiros, no início de 1995, experimentaram as baionetas deste Governo. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra há muito enfrenta a violência coonestada pelo Governo, que se recusa a acabar com a impunidade no campo.

É um Governo autoritário, caminho para o autoritarismo e quer fazer uma reforma política eleitoral autoritária. Humilha os governadores à base de chantagens como: "Ou adere ao nosso programa ou liquidamos os governos estaduais". É um Governo que não tem o menor escrúpulo ético. Para aprovar sua reforma administrativa, tem a ousadia de enfrentar a indignação popular, comprando abertamente o apoio de sua bancada parlamentar com autorização para acumular aposentadorias até limites indecentes.

A resposta a um Governo desses é a luta social, inclusive para fortalecer nossa ação no plano institucional. Sem mobilização social, a ação política de oposição não avança. É importante fortalecer os governos municipais e estaduais identificados com os interesses democráticos e populares, principalmente os do PT. É importante garantir a unidade e a força das bancadas parlamentares, continuar construindo nossa base eleitoral e cultural, nossos valores e nossa ética, e fortalecer as organizações de oposição. Mas, sem manifestações populares, greves, ocupações, tudo isso vale pouco e os rumos do País não serão alternados.

Por tudo isso, a Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania, realizada em Brasília com o apoio e participação de nosso Partido, foi um passo importante. Seu resultado, a Carta de Brasília, representa um avanço concreto na unificação das agendas e bandeiras de luta de importantes entidades e movimentos que representam os interesses democráticos e populares em nosso País. Seus desdobramentos, no segundo semestre, devem permitir a realização do Fórum Nacional de Entidades Democráticas e Populares, conforme proposta do próprio Diretório Nacional do PT.

É com a construção da unidade de ação dos movimentos e forças de oposição que será possível enfrentar e quebrar a hegemonia neoliberal no País.

A unidade nas lutas políticas e sociais de 97 é que vai garantir um programa democrático e popular para

enfrentar os embates de 98.

O Governo sabe que perdeu o debate sobre a Reforma Agrária e sobre a privatização da Vale do Rio Doce. A sociedade mostra-se claramente a favor do MST e contra a privatização da Vale. Agora, é hora de enfrentar também a batalha em defesa do emprego: redução da jornada de trabalho, reforma agrária e uma nova política agrícola, apoio à pequena e micro empresas, fortalecimento da economia municipal e regional são as propostas do nosso Partido para gerar emprego. Com elas, vamos alcançar também a juventude, que começa a se mobilizar em defesa da educação pública.

Neste sentido a Conferência de Brasília foi um avanço. Mas é preciso aprofundar esse debate na esquerda. A sociedade tem de ter clareza dos nossos objetivos; clareza em relação ao tipo de governo que queremos fazer; do bloco social que vamos constituir; do papel da luta social e do Parlamento; das políticas sociais que vamos adotar para mudar e dar outro rumo para o Brasil.

Estamos em um momento decisivo e não podemos subestimar as elites que governam o Brasil. O senhor FHC não vacilaria em optar pelo que Fujimori fez no Peru. Precisamos responder à altura quando ele ameaça, quando faz bravata contra nós. Temos autoridade política e força social. Precisamos continuar construindo a unidade das oposições para poder enfrentar os novos desafios que se colocam diante de nós.

José Dirceu, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores

CARTAS

De cima para baixo

Venho através desta tecer alguns comentários de fatos acontecidos no Rio Grande do Sul, onde o presidente regional do PT lançou para o Senado um nome de outro partido, o PDT, sendo que este assunto não foi discutido na base. Ou seja, um dirigente indica o nome e depois vem pedir o voto das bases, mas, quando é para decidir questões de alianças, não consulta ninguém.

Além do mais, o PDT no Rio Grande do Sul é um partido decadente, que depende de um líder para se manter.

Cláudio Batista Berni,
São Luiz Gonzaga (RS)

Olívio Dutra, presidente do DR-RS, responde:

Companheiro Berni:

Que bom a gente se tratar pelo nome! A possibilidade de Brizola vir a concorrer ao Senado pelo Rio Grande do Sul está posta há bastante tempo e eu não estou sendo "pai da criança" ao reforçar-la com convicção. Esse é um bom debate para ser feito pelos partidos do campo popular e democrático e um bom caminho para se enfrentar o bloco neoliberal do FHC e do Britto. Aliás, é bom lembrar que o PT e o PDT estiveram juntos na última eleição municipal em São Luiz Gonzaga. No mais, um forte quebra-costas e saudações petistas.

Em apoio ao MST

Fico estarelecido quando ouço pessoas dizendo que o MST é um movimento de bandidos e coisas piores ainda. Estes alienados não conhecem uma vírgula da história. Quando se iniciou a abertura política e social com Geisel e terminada com Figueiredo, estas pessoas não se lembram dos assassinatos, bombas a prédios da imprensa e muitas outras, inclusive a bomba no Riocentro.

Estes criminosos não foram tachados talvez nem de subversivos, muito menos de bandidos. Por quê? Porque era gente da alta sociedade, que achava que do jeito que estava antes estava muito bom, com os direitos sociais, políticos e econômicos das pessoas sendo cassados. É uma pena! Porém,



Cartas para esta seção devem ser enviadas ao seguinte endereço: Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo, SP, CEP 01203-002. Também podem ser enviadas para o e-mail da Secretaria Nacional de Comunicação na Internet: pt.comunic@nutecnet.com.br

um dia viraremos mais esta página da história. Aos companheiros do MST, o nosso apoio. Sua bandeira irá nos ajudar a virar mais esta página da história.

Assis dos Reis Carvalho,
presidente do DM-Mariândia (ES)

Sentença de morte ao povo

O projeto de ajuste do sistema de aposentadorias brasileiro parece tomar um caminho injusto e perigoso, se forem levados alguns pontos em questão. Não acredito que o setor privado seja responsável pelo rombo atual do sistema e sua possível implosão. Um trabalhador do setor privado só se apresenta com um tempo de 30 ou 35 anos de contribuição, no caso dos homens, e 25 e 30 anos, no caso das mulheres, e independente de sua renda, o máximo do benefício pode chegar a 10 salários mínimos. Mas a grande maioria de aposentados do setor privado deve estar recebendo apenas um salário mínimo.

Entretanto, a mesma coisa não ocorre no setor público. Diversas categorias de funcionários públicos ao longo do tempo foram conquistando benefícios, o que produziu aposentadorias milionárias e, muitas vezes, mais de uma, duas ou quem sabe mais.

Estabelecer um limite de idade para a aposentadoria é a mesma coisa que decretar uma sentença de morte ao povo, pois aos privilegiados sempre haverá uma saída para o resguardo de suas conquistas. As pessoas que conseguirem chegar vivas aos 65 anos não conseguirão se aposentar, porque, no setor privado, há uma seleção natural em que o trabalhador aos 40 anos já é considerado velho. Em 10 anos ou menos, não haverá empregos disponíveis para essa massa trabalhadora.

Não podemos ser penalizados com este projeto, somos inocentes, não merecemos esta sentença de morte. Por favor, reflitam todos aqueles homens que, de alguma forma, têm o poder para evitar tal injustiça, usem o livre arbítrio que Deus nos deu, mas de uma maneira mais justa. Não estraguem tudo agora!

Angelo José Paschoini, Campinas (SP)

Análise

Por que o governo tem medo do MST?

O governo está tentando desesperadamente desqualificar e isolar o MST. Colonistas, que mais parecem porta-vozes oficiais do que jornalistas ciosos da responsabilidade inerente à sua nobre profissão, dedicam-se há meses a ignóbil tarefa de intrigar o movimento com a opinião pública. Ultimamente, a sanha desses jornalistas dirige-se contra a caminhada que os sem-terra estão fazendo, a fim de protestar, em Brasília, contra a impunidade dos responsáveis por Eldorado do Carajás e contra a lentidão da reforma agrária. Os caminhantes são pintados ora como um bando de ignorantes que estão sendo manipulados, ora como uma récula de vadios, ora como pobres diabos sujeitos à disciplina stalinista dos dirigentes do MST. Este, por sua vez, é apresentado como um movimento "ideológico", violento, fora da lei, cujo objetivo não é a reforma agrária mas a subversão da ordem democrática. As pichações vão por aí adiante.

O trabalho de desqualificação é completado com o esforço de isolar o movimento. Primeiro, o governo inventou uma "câmara setorial da terra", para discutir a dinamização da reforma agrária. Nele se sentariam todas as entidades "democráticas", menos o MST e a UDR, sob a alegação de que

estes dois não são "democráticos". A CNBB, a Contag e o Vicentinho (Vicente Paulo da Silva, presidente da CUT) encarregaram-se de abater esse míssil. Depois, pretendeu usar a audiência do presidente às entidades do Grito da Terra — um fato que se repete todos os anos — para insinuar que a Contag estaria se dissociando do MST. Nova manobra frustrada. Depois, organizou uma conferência de prefeitos para levantar as teses da estadualização e municipalização da reforma agrária e tentou envolver o ex-prefeito de Rio Branco na ma-

Governar com democracia não está nos planos de FHC

nobra, pela simples razão de que se trata de um petista que executou um excelente projeto de assentamento nessa capital. Jorge Viana não caiu na esparrela e, em um vigoroso artigo, deixou clara a distinção entre uma política de incentivos a assentamentos rurais promovidos por prefeitos e o processo de reforma agrária propriamente dito — um programa nacional de desapropriação de terras que não cumprem a função social da propriedade, destinado a reverter o domínio truculento e estéril da oligarquia rural no campo brasileiro. A pá de cal na ma-

nobra veio com o pronunciamento irado de Francisco Urbano, presidente da Contag: "A estadualização da reforma agrária significa sua estagnação, porque os governadores não terão nem vontade nem força para se opor às oligarquias rurais de seus Estados". Em resumo: o governo "se deu mal".

Fica, no entanto, uma pergunta: por que esse rancor todo? Será por causa do manifesto dos intelectuais italianos, que estragou a festa de recepção do título de doutor *honoris causa* na Universidade de Bolonha? Ou por causa do prêmio que o rei

da Bélgica entregou ao MST? Sem dúvida, tudo isso contribui para o ódio que o governo devota aos sem-terra. Mas a razão profunda é de outra ordem. O MST reclama uma providência que a opinião pública considera justa e necessária e que o governo não pode tomar sem quebrar a aliança que o mantém no poder. Com efeito, se o governo fizer uma verdadeira reforma agrária, perderá o apoio, não só da "bancada ruralista", mas de grande número dos deputados que formam o "rolo compressor" e isto o obrigará a governar democraticamente — coisa que não está em

seus planos, pois não lhe permitiria honrar os compromissos que assumiu com seus tutores externos. Isto, porém, não é tudo. Vários movimentos também reivindicam medidas que o governo não quer tomar e, no entanto, não incidem na ira do governante. Portanto, o motivo da investida contra o MST é outro.

Desde que assumiu, FHC montou um dispositivo de poder tão formidável que anulou na prática a oposição popular. A esta não tem restado, desde 1994, senão o direito de espremeir. E a mídia — totalmente atrelada ao governo — nem sequer noticia o seu espremeir. O governo cria os fatos. Os representantes dos segmentos populares opõem-se a eles, mas não conseguem senão retardar um pouco as medidas propostas, pela razão muito simples de que não conseguem mobilizar as massas que serão por elas prejudicadas. A única exceção a essa regra é o

MST. O MST mobiliza a massa rural, cria os fatos e, muitas vezes, obriga o governo a ceder. Sem as ocupações de terras improdutivas, não teria havido dinheiro para assentamentos; Ministério Extraordinário da Reforma Agrária; revisão do ITR; leis que disciplinam o rito sumário das desapropriações, que exigem vitória antes da concessão de limitares e que obrigam o promotor de Justiça a supervisionar os despejos. Embora o *lobby* dos latifundiários tenha conseguido reduzir bem os efeitos dessas medidas, elas introduzem novos elementos na luta entre os sem-terra e o latifúndio e ninguém tem a menor dúvida de que não teriam sido tomadas sem a pressão do MST. Isso caracteriza uma forma de participação popular autônoma que a elite dirigente jamais admitiu.

Plínio de Arruda Sampaio,
secretário agrário nacional do PT

Expediente

pt notícias é uma publicação semanal do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. **Presidente Nacional do PT:** José Dirceu / **Secretária Nacional de Comunicação:** Vera Gomes / **Jornalista responsável/Edição:** Carlos Mercuri (Mtb 19.645) / **Redação:** Carlos Mercuri, Mariângela Graciano, Myrian Luiz Alves / **Administração:** Ricardo Binbo, Lia Gonçalves / **Editoração eletrônica:** Sandra Luiz Alves / **Sede:** Rua Conselheiro Nébias, 1.052, Campos Elíseos, São Paulo (SP), CEP 01203-002, tel.: (011)224-1900 (PABX), fax (011)222-9665 / **Tiragem:** 11 mil / **Impressão:** Bangraf.

SECRETARIAS

Núcleo em Lisboa organiza exposição Terra

T E R R A



SEBASTIÃO SALGADO

O núcleo convida brasileiros residentes na capital para uma feijoada, quando, além de levantar recursos para manutenção do núcleo, há oportunidade para um bom bate-papo. "Há em torno de 20 mil brasileiros em Portugal, que vêm para cá em busca de oportunidades de trabalho. É uma imigração diferente da do passado, quando os que vinham eram perseguidos políticos. Hoje, os que vêm são os exilados econômicos", conta Manoel.

O núcleo também realiza todo ano festa de aniversário do PT, em 11 de fevereiro. Neste ano, os militantes promoveram jogo de futebol com sindicalistas e militantes de outros partidos portugueses. No primeiro final de semana de setembro de cada ano, acontece a Festa do Avante, jornal do Partido Comunista Português. O núcleo comparece como representante oficial do PT, quando não é possível que o Diretório Nacional envie ninguém.

O núcleo, que tem aproximadamente 20 filiados, edita um jornal, com tiragem de mil exemplares, com informações de suas atividades e notícias dos trabalhos do Partido no Brasil, mantém uma *homepage* (<http://www.isa.utl.pt/aeisa>) e e-mail na Internet (mpandrade@isa.utl.pt) para se comunicar com os militantes petistas de todo o mundo.

Feijoada bimensal

A exposição é apenas uma das atividades desenvolvidas pelo núcleo do PT em Lisboa, fundando em setembro de 1993. "Temos uma agenda anual de atividades, que envolvem filiados, simpatizantes e amigos do PT na cidade", explica Manoel. A cada dois meses, o

Luta dos índios é por direitos históricos

Em visita a áreas indígenas de Itanhaém, Peruibe, Mongaguá e Cananéia, no Litoral paulista, no mês passado, a deputada estadual Mariângela Duarte (PT-SP) voltou indignada. A situação de miséria absoluta dos povos que habitam a região, que não têm água potável, transporte, escola, remédios, posto de saúde, médicos, limpeza pública e saneamento foi considerada pela deputada um "crime de lesa-humanidade".

Quatorze famílias do grupo Guarani-Kaiowa, da comunidade indígena de Sucuri, localizada no município de Maracaju (MS), ameaçam suicidar-se coletivamente caso a Justiça cumpra ordem de despejo da área de 500 hectares que retomaram em 12 de março deste ano.

Em 11 de março último, os índios Maxakali, que habitam as aldeias Santa Helena e Bertópolis, em Minas Gerais, redigiram carta, enviada ao presidente da República e outras autoridades, relatando a situação por que passam e pedindo providências. Na carta, os Maxakali contam que vivem na área há mais de três séculos e, com a chegada dos "civilizados", que tentaram tomar o território deles e acabar com seus costumes e tradições, começou a luta para defender a terra. Os índios informam que, após mais de 50 anos de luta, o governo demarcou a área em 93, mas os invasores continuam lá e a comunidade está desassistida.

Documento final da reunião da Comissão Interinstitucional de Saúde Indígena (Cisi), realizada nos dias 8 e 9 de abril, em Brasília, informa que cresce o número de casos de Aids entre os índios. O relatório, baseado em dados do Ministério da Saúde, aponta que estão constatados 31 casos de índios infectados pelo vírus HIV em 10 Es-



Arquivo/DN

tados, número quase três vezes superior ao de 1996, que era de 13 casos.

Os quatro parágrafos acima dão apenas um quadro parcial da situação por que passam algumas das comunidades indígenas no Brasil. Neste mês, em que se comemora mais um dia do índio, no dia 19, a realidade indica que esses povos não têm muito o que celebrar. Por outro lado, as notícias trazem, junto com denúncias de violência aos direitos históricos dos indígenas, provas de que as comunidades não pretendem ficar paradas, vendo-se exterminar aos poucos, e intensificam formas de luta e pressão para que o governo reconheça os seus direitos e cumpra o que determina a Constituição: o reconhecimento de suas organizações sociais, costumes, línguas, crenças e tradições e seus direitos originários sobre as terras que tra-

dicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las e protegê-las e respeitar todos os seus bens.

Ações ousadas

Em 8 de fevereiro deste ano, os Krikati atearam fogo a duas torres de transmissão de energia da Hidroelétrica de Tucuri, no Maranhão, em protesto contra a falta de assistência e a invasão de suas terras, que ficam no município de Montes Altos. Com a ação, os Krikati conseguiram da Funai acordo para iniciar a demarcação de 146 mil hectares de terra, pela qual lutam há mais de 30 anos. Essa foi uma das ações ousadas tomadas pelos índios em defesa de seus direitos. Mas há mais.

Em 2 de dezembro de 96, aproximadamente 400 Terena das aldeias Limão Verde e Córrego Seco, no Mato Grosso do Sul, prepararam suas flechas, bordunas e lanças e, com pinturas de guerra no cor-

po, interditaram a estrada que liga Aquidauana a Cipolândia, dispostos a interromper o tráfego enquanto a Funai não demarcasse definitivamente sua área. Após quatro dias, o presidente da Funai comprometeu-se a formar grupo de trabalho para identificar e demarcar a área reivindicada pelos Terena.

E há muito a ser feito ainda. Do total de 555 terras indígenas de que se tem notícia, segundo relatório do Conselho Indígena Missionário (Cimi), apenas 214 foram efetivamente homologadas e registradas. Outras 32 foram homologadas mas ainda aguardam registro e 80 possuem apenas portarias declaratórias do ministro da Justiça, sendo que, destas, 75 ainda não foram objeto de demarcação física, fase que exige maior investimento em recursos financeiros.

Equatorianos conhecem o PT

Os assessores parlamentares equatorianos Lourdes Rodrigues e Augusto Barrera estiveram no começo de abril no Brasil para conhecer experiências de administração pública e estabelecer contatos com organizações populares. Eles foram recebidos pelos membros da Secretaria Nacional de Relações Internacionais e da Secretaria Nacional de Assuntos Institucionais do PT, com quem conversaram sobre o modo petista de governar. Também estiveram com a ex-prefeita de São Paulo Luiza Erundina.

Os assessores são do Movimento de Unidade Plurinacional Pachakutik - Novo País (MUPP-NP), que congrega diversos movimentos populares e indígenas do Equador e disputou a última eleição no país, em 96. No pleito, o candidato a presidente da República pelo movimento, Freddy Ehlers, alcançou o terceiro lugar. Foram eleitos 13 prefeitos, oito deputados federais (o colegiado é de 82 parlamentares) e 25 vereadores (sendo dois na capital equatoriana, Quito). A palavra Pachakutik é da língua quíchua (um dos povos indígenas do Equador) e significa "voltar ao tempo, à ordem, ao mundo".

O MUPP-NP, que não é um partido político (a legislação equatoriana permite que movimentos populares disputem eleições), surgiu no ano passado, quatro meses antes das eleições, e já é a segunda força política no país. "Os partidos políticos tradicionais estão muito desacreditados no Equador e as organizações populares, como a dos indígenas, sindicais, de mulheres, de direitos humanos, de luta pela moradia, ecologistas, entre outros, sentiram a necessidade de criar uma instância para atu-



Arquivo/MUPP-NP

Povo sai às ruas e depõe presidente

ar no terreno político, daí surgiu o MUPP-NP", explica Lourdes.

O movimento teve atuação marcante na destituição do presidente Abdalá Bucarán, deposto em fevereiro deste ano por denúncias de corrupção. "O povo saiu às ruas, como no episódio do *impeachment* do presidente Collor, porque estava cansado das políticas de ajuste neoliberal que Bucarán estava imprimindo ao país", comenta a assessora.

A principal bandeira do MUPP-NP é a plurinacionalidade, definida como o reconhecimento, por parte do Estado, da diversidade cultural dos povos indígenas (que são 40% da população equatoriana, de 10 milhões de habitantes). "O conceito de nacionalidade define um grupo humano que compartilha um território, uma forma de vida econômica, uma cultura e uma língua. Para o movimento, a nação equatoriana não está constituída, pois exclui os povos indígenas. Por isso, defendemos uma sociedade e um Estado plurinacional", define Lourdes.

Secretaria Nacional de Relações Internacionais: (011) 224-1915

Terena participam de curso no MS

Nos dias 22 e 23 de março, aproximadamente 30 índios Terena participaram de curso de formação política em Aquidauana (MS), organizado pela Subsecretaria de Assuntos Indígenas do PT do Estado e a Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP). Segundo Leinad Ayer, do coletivo da SNMP, o curso buscou refletir com os índios as lutas que eles estão vivendo e contribuir para o entendimento deles sobre o processo político no País. Compareceram ao evento lideranças das aldeias do

Limão Verde e de Campo Grande.

A dinâmica do curso desenvolveu-se através do estímulo a que os índios falassem e refletissem sobre sua realidade. Em seguida, encenaram uma dramatização, na qual era simulada uma eleição, mostrando partidos políticos de direita e de esquerda, comícios e fraudes. Na encenação, os índios foram mostrando como percebem a dinâmica política na região e tirando conclusões em cima da discussão travada ali.

"No PT, o trabalho com a comunidade indígena está adquirindo nova feição.

Mais importante do que mostrar que existe um partido político, é mostrar que os índios podem fazer lutas", definiu Leinad. Ao final do curso, os índios apresentaram uma avaliação positiva do curso e pediram que fossem realizados outros. "Nós temos competência para vencer e as lutas nossas só podem ser defendidas politicamente por um partido que nasceu das lutas, e que é diferente dos outros, ou seja, o PT", foi o comentário geral entre eles.

SNMP: (011) 224-1912

**30 DE ABRIL
É O
ÚLTIMO
DIA
PARA A
PRESTAÇÃO
DE CONTAS**

PLANTÃO DE APOIO

Dias 28, 29 e 30 de abril

A contadora do Diretório Nacional, Geuza Selin, estará orientando os Diretórios e Comissões Provisórias nos Estados e Municípios, das 9h às 18h, no escritório do PT em Brasília.

Telefones:

(061) 327-1113 e 327-2123.



Estivadores lutam pelo emprego

Desde o dia 2 de abril, os trabalhadores avulsos (estivadores, consertadores, conferentes e vigias) do porto privado da Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista) estão acampados em frente ao terminal da empresa, em protesto contra a decisão da companhia de contratar pessoal próprio para trabalhar em seus navios, em vez de recrutar mão-de-obra entre os filiados ao Sindicato dos Estivadores. A medida contraria uma prática de quase cem anos no porto, a lei 8.630/93 e a Convenção 137 da OIT (Organização Internacional do Trabalho). No dia 15 de abril, os estivadores do porto de Santos também entraram em greve, em solidariedade aos avulsos, movimento ampliado dois dias depois por portuários de todo o País.

A decisão da Cosipa de operar no porto com pessoal próprio prejudica em torno de 15 mil trabalhadores avulsos, que perdem, com a medida, entre 20 e 25% do mercado de trabalho. Em sua defesa, a empresa, privatizada em 93, alega que não precisa respeitar a lei 8.630 (chamada de Lei da Modernização dos Portos e que obriga os terminais privativos a contratar pessoal entre os trabalhadores sindicalizados) porque fica fora da área do Porto Organizado (toda a orla marítima beneficiada por investimentos públicos).



Paralisação no porto de Santos se estende a todo o País

A questão é que, para chegarem ao terminal da Cosipa, os navios têm de atravessar todo o canal do porto de Santos, o que não justifica a medida tomada em 17 de fevereiro de 95 pelo Ministério dos Transportes, através da Portaria 94/95, que dividiu o porto em dois e excluiu o terminal da Cosipa da área de abrangência da lei 8.630.

Favorecimento

Segundo a deputada federal Telma de Souza (PT-SP), prefeita de Santos entre 1989 e 1992, há indícios de favorecimento à companhia, uma vez que,

um dia após a publicação da Portaria 94, o ministério concedeu à siderúrgica autorização para operar com cargas de terceiros em seu porto privado.

Os avulsos lutam pela revogação da Portaria 94, o que obrigará a Cosipa a respeitar a lei que determina que toda mão-de-obra nos portos deva ser requisitada dentre os trabalhadores registrados pelo Órgão Gestor de Mão-de-Obra do Porto (Ogmo). O movimento visa evitar que, ao conceder o privilégio à Cosipa, os outros 48 terminais privados do País reivindiquem a mesma regalia, prejudicando a categoria.

Uma mulher no porto

Filha, neta e sobrinha de estivadores, a deputada federal Telma de Souza (PT-SP) tem, ao longo de sua trajetória política, desmistificado a imagem de que o porto é lugar de homem. Sua presença lá remonta aos seus tempos de menina, quando acompanhava o pai, João Inácio de Souza, nas atividades do Sindicato dos Estivadores. Foi junto aos estivadores que Telma passou a compreender o mundo, entender as injustiças sociais, as desigualdades de um país que tem de tudo para oferecer uma vida digna a seus cidadãos e, no entanto, não o faz.

“Foi com os trabalhadores do porto que aprendi a lutar, a respeitar a classe. Como Santos é uma cidade plana, de qualquer ponto se vê a silhueta dos navios, se ouve os apitos; ou seja, o porto determina o ritmo da cidade. Paralelamente, os estivadores, pela sua histórica combatividade, que remonta aos anaquistas espanhóis e italianos do início do século, determinam a ação política na cidade, que foi absorvendo toda a relação de classe que se dá no porto”, relata Telma, explicando sua relação com a luta dos portuários.

Luta que, agora com a nova ameaça que paira sobre o direito ao trabalho dos avulsos, conta mais uma vez com a solidariedade e apoio con-



Telma: lição de luta com estivadores

creto da ex-prefeita de Santos. Telma tem acompanhado diariamente a mobilização dos portuários contra a decisão da Cosipa de tirar-lhes oportunidade de trabalho. Foi assim também em 1991, quando o ex-presidente Fernando Collor tentou privatizar o porto. “A mobilização dos portuários naquela época, um dos primeiros atos de resistência ao neoli-

beralismo, impediu que o porto fosse privatizado. Collor queria demitir 5.372 trabalhadores da Codesp (Companhia Docas do Estado de São Paulo). Uma greve geral na cidade evitou que isso acontecesse. Foi uma paralisação que uniu os homens e suas companheiras, que estiveram, pela primeira vez, na linha de frente das manifestações”, lembra Telma, então prefeita da cidade, após ter cumprido mandato de vereadora, como antes tinham sido seu pai e sua mãe, durante o período da ditadura militar.

Pela combatividade e capacidade de luta dos estivadores, a cidade de Santos sempre foi alvo dos militares. Tanto que, em 1969, o município sofre intervenção, passando a ser considerado área de segurança nacional. Durante os 15 anos seguintes, os santistas perdem o direito de escolher seus prefeitos. “Quando essa medida arbitrária finalmente termina, em 1984, já existia o Partido dos Trabalhadores, que, apesar de não eleger o prefeito, se torna a segunda força política mais importante na cidade”, frisa Telma, que foi a candidata naquele ano e novamente em 88, quando se elege.

Deputado defende controle público da Polícia

Os novos episódios expõem a truculência de alguns policiais militares no trato com os cidadãos, em Diadema (SP) e no bairro Cidade de Deus (RJ), apontam para a necessidade de se rever o modelo de segurança pública adotado no País. A opinião é do deputado federal Hélio Bicudo (PT-SP), presidente do Centro Santo Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e membro do Fórum Interamericano de Direitos Humanos (Fideh). “É preciso reconstruir a Polícia para que ela dê segurança ao povo, entregando-se a esse mesmo povo o controle de seu funcionamento, através dos canais das Comissões de Direitos Humanos e do Ministério Público”, defende Bicudo.

O deputado é o autor de projeto que retirava da Justiça Militar a competência de julgar todos os crimes cometidos por policiais militares, passando para a Justiça comum. O projeto, aprovado em janeiro do ano passado, transformou-se na Lei 9.299, com alterações profundas sofridas no Senado. A principal alteração limitou aos casos de crimes dolosos (intencionais) praticados por policiais militares o julgamento em tribunais civis.

Hélio Bicudo apresentou novo projeto, em seguida, resgatando a idéia



Bicudo: reconstruir a Polícia

original. “Não é possível a existência de justiça especiais, porque, no Estado de Direito democrático, todos são iguais perante a lei”, justifica o parlamentar petista. Bicudo lembra outros casos de violência policial que ganharam manchetes dos jornais, como as chacinas de Vigário Geral, Candelária, Carandiru, Eldorado do Carajás e Corumbiara, cujos responsáveis permanecem sem punição. “A impunidade, à exaustão reconhecida, se constituiu na mola da violência que hoje retrata a maneira pela qual atua a Polícia Militar, corporação criada no período da ditadura e que ainda hoje é vinculada ao Exército”, ponderou o deputado.

Deputado Hélio Bicudo:
(061) 318-8620

Projeto destina verba à agricultura familiar

O deputado federal José Pimentel (PT-CE) apresentou projeto de lei que destina parcela dos Fundos Constitucionais de Financiamento das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, criados pela Constituição, ao financiamento da agricultura familiar. Segundo o parlamentar, a iniciativa se deve ao fato de que, naquelas regiões, o setor que mais emprega é o das atividades agrícolas de base familiar. Os fundos foram criados durante a Constituinte para diminuir as desigualdades regionais do País. A parcela prevista no projeto do deputado é de, no mínimo, 40% dos recursos.

Com o projeto, atualmente em análise pela Comissão de Agricultura da Câmara, Pimentel prevê que sejam destinados R\$ 600 milhões ao ano para as três regiões. “É um valor significativo, considerando-se que o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) destinou, até março deste ano, R\$ 574 milhões para todo o País, e, especificamente para o Nordeste, vieram recursos de somente R\$ 29 milhões”, disse o deputado.

Os recursos vão financiar o custeio e investimentos na área de agricultura familiar, com juros de no máximo 6% ao ano e redutores de 50% sobre os juros e o principal. “Pelas linhas de crédito tradicionais dos bancos públicos, de cada mil pequenos produtores que procuram empréstimo, somente um o consegue. Com o projeto, será possível atender a pelo menos 342 mil famílias, considerando que o valor médio de financiamento procurado é de R\$ 1.750,00”, prevê Pimentel.

O deputado frisa que, para a definição de agricultor de base familiar, deve ser utilizado o conceito da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura). No dia 22 deste mês, será realizado o seminário sobre o projeto na Câmara Federal. Iniciativa do bloco da oposição na Câmara, o seminário discutirá com a Contag, CUT e o núcleo agrícola e agrário da bancada temas como política de acesso à terra, fortalecimento da pequena produção, preço mínimo, escoamento, entre outros.

Deputado José Pimentel:
(061) 318-5281

AGENDA

ABRIL

- 16 — Movimento Nacional em Defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília
- 16 a 19 — Conferência Internacional sobre Siderurgia/Mineração. Vitória (ES)
- 17 — Um ano do massacre de trabalhadores rurais sem-terra em Eldorado do Carajás (PA). Chegada da Marcha pela Reforma Agrária, Emprego e Justiça. Brasília (DF)
- 18 a 20 — Plenária de Militantes do Movimento Popular. Paraíba
- 21 — Ato nacional contra a venda da Vale do Rio Doce. Ouro Preto (MG)

MAIO

- 1 — Dia Internacional do Trabalhador
- 2 a 4 — Seminário nacional Relações Raciais e Políticas Públicas. Campo Grande (MS)
- 2 a 4 — Plenária de Militantes do Movimento Popular de Minas Gerais. Belo Horizonte
- maio — Seminário conjunto da Conen (Coordenação Nacional de Entidades Negras) com a NBA (organização de advogados e advogadas negras

dos Estados Unidos). Salvador e Rio de Janeiro

- 9 a 14 — Encontro setorial de Negros. Maceió (AL)
- 12 a 16 — Reunião Paralela ao III Fórum das Américas. Belo Horizonte (MG)
- 29 a 31 — Congresso Extraordinário da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Vila Velha (ES)
- 29 a 10 de junho — 45º Congresso da União Nacional de Estudantes (UNE). Belo Horizonte (MG)

JUNHO

- 11 — Congresso Nacional das Travestis Libertadas. São Paulo

JULHO

- 11 — 5ª Conferência Internacional de Educação de Jovens e Adultos. Hamburgo (Alemanha)
- 11 — Encontro Internacional de Empresários Progressistas. Porto Alegre (RS)
- 15 a 18 — 3º Encontro Intermunicipal de Cultura: Diversidade Cultural e Globalizações. Brasília
- 18 a 20 — Seminário da Juventude Negra Petista. Angra dos Reis (RJ)

CALENDÁRIO DOS PROGRAMAS ESTADUAIS DE RÁDIO E TV DO PT - 1º SEMESTRE

Estados	Datas
AC, AP, BA, CE, DF, MA, MS, PA, PB, PE, PI, RJ, RN, RO, RR, RS, SE e SP	21 de abril
AL e MG	28 de abril
ES, GO, MT, PR, SC e TO	26 de maio

Horários dos Programas

20h às 20h20 (rádio)
20h30 às 20h50 (TV)

ASSINE O SEMANÁRIO

CUPOM DE ASSINATURA

- Assinatura anual: 1xR\$ 50,00 2xR\$ 25,00
- Cobrança bancária
- Cheques nominais ao Partido dos Trabalhadores (anexos)
- Depósito bancário nominal para Partido dos Trabalhadores.
- Banco do Brasil Ag. 3323-5 - Barra Funda - SP - c/c nº 123456-0 (envie xerox do comprovante)
- Nome _____
- Endereço _____
- Profissão _____ Tel. _____
- CEP _____ Cidade _____ Estado _____
- Sexo: Masc Fem
- Filiado ao PT: sim não



Rua Conselheiro Nébias,
1052 CEP 01203-002 São Paulo/SP Fax (011) 220.2103

CARTA DE BRASÍLIA

As entidades reunidas na Conferência Nacional em Defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania nos dias 2, 3 e 4 de abril de 1997, em Brasília, analisando a situação de crise social por que passa o Brasil, decidem tornar pública a sua avaliação e convocam o conjunto da sociedade brasileira a unificar a sua força e riquíssima capacidade de inovação social e mobilização. Nosso objetivo é a promoção de novos direitos e a defesa dos direitos sociais e políticos conquistados nas últimas décadas, hoje em processo de desmonte pelo autoritarismo inerente ao projeto neoliberal do Poder Executivo.

Mesmo com a resistência oferecida pelas organizações dos trabalhadores, aumentam preocupantemente o desemprego, o arrocho salarial e a desregulamentação das relações de trabalho. Excluídos do mercado formal de trabalho e sem qualquer política de geração de emprego, contingentes crescentes são forçados a engrossar o mercado informal, sem garantias de remuneração, aposentadoria e outros direitos sociais. Em consequência dessa política que promove a exclusão, cresce a miséria no campo e na cidade, agravada pela criminalidade e violência que se abatem sobre o povo brasileiro. A cada dia, há, inclusive, nas grandes cidades, um número maior de homens, mulheres e crianças vivendo nas ruas,

Outra face desta política de destituição dos direitos sociais é o desmonte do Estado no atendimento de políticas universais nas áreas de saúde, educação, previdência, habitação, assistência social e outras. A sociedade brasileira vê envergonhada o ressurgimento de doenças endêmicas, a gravidade das altas taxas de mortalidade infantil, o abandono de nossos idosos e os milhões de analfabetos relegados à condição de marginalidade.

Enquanto o governo federal propagandeia a existência de um Programa Nacional de Direitos Humanos, a mídia anuncia o crescimento da violência policial. A prostituição e o turismo sexual, o extermínio de crianças e adolescentes e a exploração do trabalho escravo e infantil continuam sendo motivo de denúncias tanto no Brasil como no Exterior.

A juventude, mesmo com a luta de suas entidades estudantis e juvenis, se vê cada vez mais privada do emprego e da educação, sofrendo a ameaça de ter a universidade e o ensino técnico públicos privatizados. Sem perspectivas de futuro, ela vê-se assediada pelo narcotráfico e pelos valores assimilados da violência crescente em nossa sociedade.

Aprofunda-se o processo de feminização da pobreza, ainda mais acentuado entre as mulheres negras. Configura-se um quadro de maiores desigualdades para as mulheres nas suas condições de vida, acesso ao trabalho e ao ensino. A maternidade não é tratada como questão social e inexistem creches e escolas em período integral. As mulheres continuam sendo vítimas de violência na sociedade e na família. A população negra é duramente atingida pelo processo de apatenação em curso, responsável pela ampliação do racismo, da exclusão e marginalização desse segmento populacional. Nesse caldo de cultura, ganham força o fundamentalismo religioso, a xenofobia e o racismo.

Seguindo a política de exclusão e massacre promovida pelos governos anteriores (Carandiru, Vígário Geral), em dois anos de governo FHC a sociedade testemunhou os massacres de trabalhadores rurais sem-terra, em Corumbiara (RO) e Eldorado do Carajás (PA), até hoje impunes, como os anteriores, e agora a ignominiosa violência policial praticada pela Polícia Militar de São Paulo na cidade de Diadema.

Abandonados pelo governo em acampa-

mentos à beira de estradas, os sem-terra reafirmam a vitalidade de seu movimento na marcha de milhares de quilômetros a Brasília para cobrar medidas efetivas de reforma agrária. Agricultores familiares vivem em permanentes dificuldades e muitos perdem suas terras por causa da falta de crédito e financiamento. Diante desta realidade, os trabalhadores e trabalhadoras rurais se mobilizam em defesa da terra, agricultura familiar, emprego, salário e seguridade social para o campo nas ações do Grito da Terra Brasil.

Os povos indígenas, vítimas seculares da opressão e da exploração, encontram-se numa intolerável situação de abandono e de um continuado processo de espoliação de suas terras. A política indigenista do governo agride direitos históricos dos povos indígenas e favorece a lógica dos predadores dos recursos



naturais. As comunidades negras rurais estão se organizando e lutando para fazer valer o direito constitucional dos Remanescentes de Quilombos à propriedade de suas terras.

Aumentam as desigualdades regionais, aprofundando as injustiças sociais nas regiões Norte e Nordeste. Da mesma forma, o governo ignora as pressões sociais em defesa do meio ambiente, comprometendo a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. São nessa perspectiva a Lei de Patentes, a Lei de Cutivares, a retomada das Usinas Angra 2 e 3, a falta de políticas públicas coerentes para a Amazônia, o esvaziamento do Conama e o não-cumprimento dos acordos assumidos na Eco-92.

O governo impõe maiores sacrifícios ao povo para garantir a estabilidade da moeda e o plano de integração subordinada do Brasil ao mercado global. As precárias bases da estabilização monetária, o aumento das dívidas interna e externa e a busca do equilíbrio fiscal em detrimento exclusivo dos direitos sociais são algumas das questões subtraídas à participação democrática da sociedade pelo autoritarismo da gestão econômica.

A prioridade deste governo é voltada apenas aos banqueiros, latifundiários, grandes empresários e investidores internacionais. O Proer, que já gastou mais de R\$ 20 bilhões em socorro do sistema financeiro, o não-pagamento da dívida dos grandes latifundiários e usineiros junto ao Banco do Brasil e a abertura indiscriminada do mercado brasileiro às empresas transnacionais são exemplos dos interesses defendidos pelas políticas de governo.

O sucateamento do sistema nacional de ciência e tecnologia, a privatização das telecomunicações, do setor energético e sua decisão de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce e a Petrobras são atentados à soberania nacional, privando o País de instrumentos de política econômica essenciais ao desenvol-

vimento sustentável.

Para atender aos interesses das elites, Fernando Henrique Cardoso governa por Medidas Provisórias, fere a autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário e submete o Parlamento a uma barganha clientelista e fisiológica, com a conivência de ampla maioria do Congresso Nacional. Essas práticas se inscrevem nas piores tradições da história política do Brasil, demonstradas, entre outros atos, pela aprovação da emenda casuística e golpista da reeleição. Sua vontade imperial se afirma na imposição de uma política anti-social que fere os direitos e os interesses do povo brasileiro, propondo inclusive uma reforma política restritiva e antidemocrática. No plano das relações internacionais, FHC se submete aos programas de ajuste estrutural impostos pelo Fundo Monetário Internacio-

convocação à mobilização da sociedade brasileira e para isso propomos a construção de uma política unitária de nossas organizações em defesa da Terra, do Trabalho e da Cidadania.

É por meio de uma ampla mobilização social que conseguiremos resistir à ofensiva neoliberal do governo FHC. Essa resistência se articula na luta concreta por políticas públicas que atendam às demandas do povo brasileiro. Nossas energias se dirigem neste momento às mobilizações por Reforma Agrária Já, Reforma Urbana, Redução da Jornada de Trabalho Sem Redução do Salário, Contra a Privatização da Vale, Defesa do Sistema Único de Saúde, Por uma Política de Habitação Popular, Defesa da Educação Pública e Gratuita, pela implementação da Lei Orgânica da Assistência Social, Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida.

Desde já, as campanhas nacionais na defesa de direitos se contrapõem à agenda neoliberal postas na ordem do dia pelo Governo e, sabemos, requerem um amplo apoio e sustentação do conjunto da nossa sociedade.

As entidades e partidos políticos integrantes da Conferência assumem o compromisso de fortalecer e impulsionar as lutas dos trabalhadores, somando as iniciativas em torno a uma agenda de mobilizações sociais.

Assumimos também o compromisso da realização de um Encontro Nacional Democrático e Popular, com a participação de entidades populares de base, no segundo semestre deste ano, bem como a permanência desta articulação entre as entidades do movimento democrático e popular que fortaleça a luta contra o neoliberalismo. O Encontro será precedido de Conferências Regionais que reproduzam o debate dos temas apontados nesta Carta e organizem as Campanhas Nacionais.

O movimento popular e democrático tem diante de si o desafio de retomar os ideais libertários e de justiça social, resgatar a esperança e reforçar a solidariedade.

Brasília, 4 de abril de 1997

CUT - ABONG - CMP - CONTAG
MST - CNBB - UNE - UBES
CONAM - COBAP - UJS - UBM
MAB - LAC - FASE - IBASE
CONE - CEPEL
Instituto Cidadania - Pastorais Sociais
Ação da Cidadania (SP/MS)
Rede Unitrabalho - Instituto Ecoar
Fórum Nacional Pela Reforma Urbana
Fórum de ONGs Meio Ambiente
PT - PCdoB - PSTU

AGENDA DE MOBILIZAÇÃO

- 15 de abril: Jornadas de Lutas em Brasília, na defesa da Previdência, do Emprego e da Reforma Agrária, com caravanas de metalúrgicos, bancários, professores, funcionários públicos e o acampamento de desempregados.

- 16 de abril: Dia Nacional em Defesa do SUS e da Saúde Pública.

- 17 de abril: Manifestações em defesa de acelerar o processo da Reforma Agrária na chegada da Marcha do MST a Brasília, exigindo Justiça no campo e contra a atual política econômica.

- Semana de Mobilizações Contra a Privatização da Vale do Rio Doce, iniciada, em Ouro Preto, no dia 21 de abril, e comício no dia 29, no Rio de Janeiro.

- 1º de Maio: Manifestações em Defesa do Emprego, Salário e da Redução da Jornada de Trabalho.

- Abril e maio: Grito da Terra Brasil, por Reforma Agrária, agricultura familiar, emprego, previdência e salário digno, promovido pela CONTAG, CUT, CAPOIB, CNS, MONAP e MAB.

- 11 a 16 de maio: Fórum Paralelo Nossa América (Belo Horizonte).

- 3 de junho: Dia Nacional de Ocupações Urbanas.

- 9 e 10 de junho: Caravana dos Movimentos Populares a Brasília.

- 7 de setembro: Grito dos Excluídos.

- 16 de outubro: Dia Mundial da Alimentação.

- 20 de novembro: Dia Nacional da Consciência Negra.

Manifesto pela Reforma Agrária e pela Justiça no campo

A reforma agrária tem sido, em qualquer parte do mundo, o processo mais profundo de geração de emprego e renda, no campo como na cidade. No Brasil, há centenas de anos se luta pela terra. Nas últimas décadas, milhares de trabalhadores e trabalhadoras rurais deram sua vida pela conquista da Reforma Agrária.

Desde o início do atual governo, registraram-se 894 conflitos pela posse da terra em todo o País e contaram-se 108 assassinatos de trabalhadores rurais. Só no ano de 1996, ocorreram 57 assassinatos, tendo sido este o ano mais violento da atual década. Nesse momento, mais de 40 mil famílias de sem-terra se encontram acampadas em fazendas improdutivas, terrenos públicos ou simplesmente à beira das estradas.

No último ano, milhares de agricultores familiares perderam suas terras, numa espécie de reforma agrária ao avesso, aumentando ainda mais a concentração da propriedade da terra no Brasil. Outros milhares de assalariados agrícolas perderam seu trabalho e postos de trabalho foram drasticamente diminuídos. Isso resulta de uma política agrícola que está marginalizando a agricultura, transferindo renda e beneficiando apenas os interesses de estrangeiros e do capital financeiro. O Plano Real e a abertura de mercados aos produtos estrangeiros provocaram uma redução na renda agrícola na ordem de R\$ 10 bilhões e a redução de 832 mil empregos no campo na safra 95/96. A agricultura familiar continua sem crédito e sem assistência técnica.

Continua a exploração brutal, principalmente de crianças e adolescentes no corte da cana-de-açúcar, assim como continua o trabalho escravo em grandes latifúndios nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do País.

Os povos indígenas, vítimas seculares de bandeirantes, bugreiros, caçadores de escravos, se encontram neste final de século XX numa intolerável situação de abandono. A política indigenista implementada pelo governo agride direitos históricos dos povos indígenas e favorece a lógica dos predadores dos recursos naturais.

As comunidades negras rurais estão se organizando e lutando para fazer valer o artigo 68 da Constituição, que reconhece aos Remanescentes de Quilombos o direito à propriedade de suas terras.

Essas são as verdadeiras causas dos conflitos na terra. As ocupações de terra, as mobilizações, os protestos de trabalhadores, a obstrução de estradas, o bloqueio de agências bancárias e de organismos do governo são formas de lutas e pressão dos trabalhadores para que o governo estabeleça um verdadeiro programa de Reforma Agrária.

As autoridades, que são responsáveis por esta situação, em vez de encarar esses fatos como sintomas de uma insatisfação legítima de cidadãos que cobram providências urgentes, preferem ignorá-las ou reprimi-las como se fossem atos criminosos, fechando os olhos para a crescente violência dos pistoleiros, grileiros e grandes fazendeiros contra a população rural. O governo federal, além de criminalizar as lutas sociais no campo, faz ampla propaganda de soluções que não acontecem na prática. O governo divulga números sobre dezenas de milhares de famílias assentadas a cada ano. Mas, na verdade, grande parte destes números refere-se apenas aos decretos de desapropriação ou à regularização fundiária de terras onde famílias estão assentadas há décadas. Para isso, conta com a ampla divulgação na mídia, confundindo a opinião pública.

A Marcha Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Grito da Terra Brasil são

manifestações das exigências dos trabalhadores que se dirigem à sociedade e ao Estado brasileiro para que se ponha um fim à barbárie no campo. Articulados com a Marcha dos Sem Terra e com o Grito da Terra Brasil, estão ocorrendo, hoje, inúmeras lutas e mobilizações, municipais e estaduais que são formas populares de reivindicação, de apoio à luta pela terra e de pressão sobre a inércia governamental.

É urgente inverter as prioridades nas políticas agrária e agrícola do País. Se o governo federal deseja pôr fim aos conflitos no campo, deve dar um passo necessário no sentido de democratizar, urgentemente, a estrutura fundiária no país, realizando uma verdadeira Reforma Agrária e investindo de forma duradoura na agricultura familiar, como forma de combater o desemprego, a fome, o êxodo e o inchaço das grandes e médias cidades brasileiras. Não há nenhuma forma de combate à fome e o desemprego, que atingem amplos setores da sociedade brasileira, mais eficaz do que essas medidas. A população brasileira sabe disso e tem se manifestado, como atestam as pesquisas de opinião pública.

MEDIDAS CONCRETAS PARA A VIABILIZAÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA

- ☛ ampliar a meta de assentamentos rurais para 200 mil famílias por ano, ampliando-se os recursos do INCRA para a execução dessa meta;
- ☛ assentamento imediato das famílias acampadas e daquelas que se encontram nas áreas de conflito;
- ☛ desapropriação sem indenização de terras onde seja constatada a prática de trabalho escravo ou forçado;
- ☛ expropriação dos imóveis onde exista cultivo de plantas psicotrópicas destinadas para o narcotráfico;
- ☛ impedir a aprovação do Projeto de Lei 2041/96, de autoria do deputado Jaime Martins (PFL-MG). Ementa: a propriedade objeto de esbulho ou turbacão não será vistoriada antes de decorrido o prazo de doze meses ou de qualquer outra medida que proíba a vistoria para fins de desapropriação em áreas rurais ocupadas por trabalhadores;
- ☛ liberar imediatamente os créditos de implantação e dotar o assentamento de condições para formular projeto técnico e acessar o PROCERA e outros créditos a que os assentados tenham direito;
- ☛ redimensionar o PROCERA, transformando-o em um efetivo instrumento de desenvolvimento e emancipação dos assentamentos, eliminando seu caráter excludente do acesso às linhas de crédito;
- ☛ criar e manter mecanismos de acompanhamento da apuração e julgamento dos responsáveis pelos assassinatos e massacres no campo, envolvendo o Ministério da Justiça, a Procuradoria Geral da República, a Polícia Federal e outros órgãos governamentais;
- ☛ extinção dos processos criminais contra lideranças rurais e suspensão dos decretos de prisão e libertação de todos os trabalhadores rurais presos.

MEDIDAS CONCRETAS PARA A VIABILIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA AGRÍCOLA

- ☛ viabilizar a renda da agricultura familiar, garantindo preços mínimos exclusivamente para os agricultores familiares, com correção de acordo com os custos de produção;
- ☛ criar um programa de garantia de preços mínimos, independentemente do crédito rural, para produtores familiares de baixa renda;
- ☛ criar linhas de crédito subsidiadas para in-

vestimento dentro do PRONAF, de modo que os produtores familiares de baixa renda possam realizar a sua reconversão produtiva e se inserirem no mercado;

- ☛ criação de um Fundo de Aval que garanta os financiamentos, diminuindo a burocracia e facilitando o acesso ao crédito por parte dos agricultores;

- ☛ exclusividade da assistência técnica e extensão rural pública e gratuita para os agricultores familiares, sendo garantida a participação das organizações representativas dos trabalhadores rurais na gestão dos recursos;

- ☛ garantir os direitos trabalhistas e a elevação do salário mínimo aos assalariados rurais.

MEDIDAS CONCRETAS PARA A GARANTIA DA TERRA PARA OS POVOS INDÍGENAS E REMANESCENTES DE QUILOMBOS

1. *Demarcação imediata de todas as terras indígenas*

- ☛ que sejam garantidos recursos que viabilizem os processos de demarcação;

- ☛ agilizar processos demarcatórios de áreas conflitivas, que comprometem a integridade física e cultural das comunidades, tais como: Área Indígena Raposa/Serra do Sol (RR); Terra Indígena Krikati (MA); Territórios Guarani-Kaiowá (MS); Arara (PA); Pankararu (PE); Vale do Javari (AM);

- ☛ a imediata retirada dos invasores das áreas

indígenas (85% do total de 555 áreas).

2. *Que seja prioridade da pauta do Congresso Nacional a aprovação do projeto de Lei do "Estatuto das Sociedades Indígenas" - PL 2057/91.*

3. *Que seja prioridade da pauta do Congresso Nacional a aprovação da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, para a sua devida ratificação.*

4. *Reestruturação da Funai. É de fundamental importância que sejam devidamente ouvidas as comunidades, organizações e lideranças indígenas, bem como entidades comprometidas com a defesa dos direitos dos povos indígenas.*

5. *Demarcação e titulação das terras dos Remanescentes de Quilombos.*

6. *Atendimento às reivindicações dos seringueiros, especialmente no que diz respeito à criação das reservas extrativistas.*

Hoje, enfim, tanto devido ao alto patamar alcançado pelas lutas dos trabalhadores rurais como ao imenso reconhecimento e apoio do conjunto da população a essas lutas, é chegada, definitivamente, o momento de se implantar as transformações necessárias no campo brasileiro.

Conclamamos toda a sociedade brasileira a participar desta luta e exigimos que o governo federal realize, verdadeiramente, a Reforma Agrária.

Brasília, 4 de abril de 1997

